

Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL

Nota 1 – Contexto Operacional: o Município de Ajuricaba, CNPJ 87.613.253/0001-19, situado na rua Oscar Schmidt, nº 172, Centro, Ajuricaba-RS, CEP 98750-000, entidade jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, o Poder Executivo é composto por 09 Secretarias Municipais, 09 Fundos Especiais, Poder Legislativo e o Fundo Previdência Social do Município.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para as quais não haja restrições para uso imediato. Em 2023, o Caixa e Equivalentes de Caixa obteve a importância de R\$ 24.393.699,59. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de aproximadamente 13%.

Nota 4 – Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazos: os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas, por serviços, créditos tributários, dívida ativa de curto prazo, empréstimos e financiamentos concedidos, transferências voluntárias da União ou do Estado e demais créditos. Valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no ativo circulante e representam 87,34% do total de créditos. O restante, correspondente a 12,66% do total, que representa os valores realizáveis após 12 meses da data da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no ativo não circulante. Especificamente em relação à dívida ativa, os valores a curto prazo, foram estimados pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios e o longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Já o ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos de cada tributo/crédito em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. A partir desse dado, foi possível

estimar os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa, que foram registradas por meio em contas redutoras do ativo, tanto no curto quanto no longo prazo.

Nota 5 – Investimentos: os investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Não Circulante e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade. Os valores constantes nesse título apresentem uma variação positiva da ordem de R\$ 17.081,95 decorrente da participação em Consórcios Públicos.

Nota 6 – Imobilizado – Bens Móveis: os saldos apresentados correspondem aos valores dos bens móveis, desde 2022 o Município vem realizando uso da depreciação, pelo método de quotas constantes. A tabela a seguir demonstra a composição dos bens móveis pelo seu valor bruto e a respectiva quota de depreciação, amortização e exaustão acumuladas no fim do período:

Título/ Subtítulo	Valor contábil bruto	Depreciação acumulada em 31/12/2023
1.2.3.1.1.01 - MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	6.145.849,11	(1.072.044,94)
1.2.3.1.1.02 - BENS DE INFORMÁTICA	1.080.512,68	(321.904,13)
1.2.3.1.1.03 - MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.461.166,07	(291.125,04)
1.2.3.1.1.04. - MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	352.817,24	(72.026,40)
1.2.3.1.1.05 - VEÍCULOS	6.745.270,36	(1.316.138,16)
1.2.3.1.1.99 - DEMAIS BENS MÓVEIS	26.763,00	(3.997,30)

Nota 7 – Imobilizado – Bens Imóveis: os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Na composição do Ativo Imobilizado os bens imóveis representam cerca de 53%. A tabela a seguir demonstra a composição dos bens imóveis pelo seu valor bruto e a respectiva quota de depreciação, amortização e exaustão acumuladas no fim do período:

Título/ Subtítulo	Valor contábil bruto	Depreciação acumulada em 31/12/2023
1.2.3.2.1.01 - BENS DE USO ESPECIAL	2.013.237,71	(32.714,93)
1.2.3.2.1.04 - BENS DOMINICAIS	3.221.120,45	(428.556,87)
1.2.3.2.1.05 - BENS DE USO COMUM DO POVO	759.589,71	(127.534,67)
1.2.3.2.1.06 - BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	10.729.968,90	0,00
1.2.3.2.1.07 - INSTALAÇÕES	11.162,88	(752,55)

1.2.3.2.1.08 - BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	349.771,62	(50.245,10)
1.2.3.2.1.99 - DEMAIS BENS IMÓVEIS	534.800,12	0,00

Nota 8 – Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No caso do Município de Ajuricaba, cerca de 68% do valor das Obrigações, refere-se à contabilização da provisão de férias dos servidores.

Nota 9 – Empréstimos e Financiamentos a Curto e Longo Prazo: o Município tem contratado atualmente 2 financiamentos por meio de operações de crédito, sendo o primeiro junto ao BADESUL um financiamento da linha crédito BDS POE através do contrato nº 027/2019, no montante de R\$ 2.000.000,00, com liberações em 2019 e 2020, o segundo é junto à CAIXA ECONOMICA FEDERAL um financiamento da linha de crédito FINISA 2023 através do contrato nº 621.988-98, no montante de R\$ 6.000.000,00, com liberações em 2023 e 2024. Os referidos valores após a amortização das parcelas em 2023 ficaram contabilizado pelos valores líquidos das obrigações, devidamente ajustado em 31/12/2023, e compreendem as obrigações financeiras internas do Município a título de empréstimos e financiamentos, com vencimentos no curto prazo (12 meses) e o restante no longo prazo. Somando-se os valores registrados no curto e a longo prazo, verifica-se que os Empréstimos e Financiamentos totalizaram, no final do exercício, um montante de R\$ 2.182.080,60.

Nota 10 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e a Longo Prazo: os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais dos órgãos e entidades da administração direta. Compreende também obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços e os valores inscritos em restos a pagar processados. Ao final de 2023 o montante registrado é de R\$ 656.567,91 e referem-se a um estoque de valores que estão pendentes de exercícios anteriores e necessitam uma conferência manual sobre sua manutenção ou devida baixa, o respectivo procedimento será realizado no exercício de 2024.

Nota 11 – Obrigações Fiscais a Curto e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações dos órgãos e entidades da Administração Municipal, relativas a impostos, taxas e contribuições devidas a união, ao Estado e a Municípios. Os

valores registrados no curto prazo totalizaram R\$ 43.861,12 e dizem respeito ao PASEP e IRPJ a ser recolhido à União.

Nota 12 – Demais Obrigações a Curto prazo e a Longo Prazo: o grupo Demais Obrigações a Curto Prazo e de Longo Prazo refere-se a consignações realizadas na folha de pagamento dos servidores no mês de dezembro de 2023 e que tem seu vencimento de janeiro de 2024 e também oriundo de outras obrigações com credores o qual possui um montante de R\$ 619.974,60 evidenciando um estoque de saldo de exercícios anteriores, necessitando uma conferência manual sobre sua manutenção ou devida baixa, o respectivo procedimento será realizado no exercício de 2024.

Nota 13 – Dívida Flutuante: conforme o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, os componentes da dívida flutuante são aqueles compromissos contraídos por período limitado de tempo (curto prazo), quer na sua condição de valores de terceiros, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária, bem como os valores dos restos a pagar. Os restos a pagar em 31/12/2023 foram inscritos com suficiente disponibilidade financeira para a sua cobertura.

Nota 14 – Patrimônio Líquido: compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria. Após apuração do resultado do exercício, que evidenciou uma redução de R\$ 4.301.161,98, em virtude principalmente de ajuste por conta de desativação da conta contábil nível 2.2.7.2.1.05.98, conta de natureza devedora e retificadora das Provisões a Longo Prazo, por parte do Tribunal de Contas do Estado, sendo seu saldo na época de R\$ 6.442.309,98 a debito, este valor foi lançado contra a conta de Resultados de Exercícios Anteriores que integra o grupo de Resultados Acumulados.

Nota 15 – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei 4.320/64: esse quadro evidencia os ativos e passivos distinguindo o ativo permanente do financeiro, e da mesma forma o passivo, através desse quadro é possível obtermos o superávit financeiro do Exercício, que é obtido pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, que em 2023 totalizou o valor de R\$ 19.601.569,89, o qual está identificado por fontes de recurso no quadro anexo ao Balanço Patrimonial chamado: Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (Lei Nº 4.320/1964).

Nota 16 – Quadro das Contas de Compensação – Lei 4.320/64: esse quadro apresenta um saldo no item: Atos Potenciais Passivos / Obrigações Contratuais no valor de R\$ 4.529.780,20. Esse valor refere-se a contratos novos e aditivos de contratos com fornecedores de: Serviços no valor de R\$ 12.730,70, Contratação de Empréstimos e Financiamentos no valor de R\$ 4.515.000,00 e Obrigações Conveniadas no valor de R\$ 2.049,50.

IVAN CHAGAS
Prefeito Municipal

MATEUS ZOUNAR MARQUES
Contador CRC/RS: 102123/O-1

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Nota 1 - Contexto Operacional: o Município de Ajuricaba, CNPJ 87.613.253/0001-19, situado na rua Oscar Schmidt, nº 172, Centro, Ajuricaba-RS, CEP 98750-000, entidade jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, o Poder Executivo é composto por 09 Secretarias Municipais, 09 Fundos Especiais, Poder Legislativo e o Fundo Previdência Social do Município.

Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: em relação a esse item cabe destacar que, em razão do processo de convergência aos padrões de contabilidade estabelecidos pelas NBCASP, o valor de R\$ 197.696,79 constante nesta VPA refere-se ao ganho líquido com alienação de bens imóveis.

Nota 4 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos: em 2023 o valor registrado neste item totaliza R\$ 674.334,05, sendo que o mesmo se refere a ajuste para perdas em dívida ativa tributária e não tributária e também desincorporação de dívida ativa tributária, não tributária e de créditos a receber.

Nota 5 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: multas administrativas estabelecidas pela administração pública municipal. Em 2023 os registros neste item somaram R\$ 893.071,15 representando uma redução de aproximadamente 37%.

Nota 6 – Resultado Patrimonial do Período: como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi positivo de R\$ 2.107.112,09. Essa variação positiva do patrimônio foi influenciada pelo incremento das receitas orçamentárias.

Nota 6 – Origem e destinação dos recursos provenientes de alienação de ativos: no exercício de 2023 houve movimentação de alienação de ativos, tanto na origem assim como na destinação, foi realizada a alienação de bens que obteve uma receita de R\$ 197.600,00, sendo aplicado parte deste valor no montante de R\$ 137.021,62 em despesas de capital.

IVAN CHAGAS
Prefeito Municipal

MATEUS ZOUNAR MARQUES
Contador CRC/RS: 102123/O-1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Nota 1 – Contexto Operacional: o Município de Ajuricaba, CNPJ 87.613.253/0001-19, situado na rua Oscar Schmidt, nº 172, Centro, Ajuricaba-RS, CEP 98750-000, entidade jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, o Poder Executivo é composto por 09 Secretarias Municipais, 09 Fundos Especiais, Poder Legislativo e o Fundo Previdência Social do Município.

Nota 2 – Receitas e Despesas: as receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG n.º 163 de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul para 2023. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício.

Nota 3 – Deduções da Receita Orçamentária: o valor informado na coluna “Receitas Realizadas” apresenta a arrecadação líquida, ou seja, já considerando as deduções da receita que, no exercício totalizaram R\$ 47.882.600,54 (quarenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, seiscentos reais e cinquenta e quatro centavos). Abaixo segue pormenorização das deduções da receita:

- Deduções de receita por renúncia (art. 14 da LC nº 101/2000)	R\$ -
- Deduções de receita por restituições	R\$ 133.354,92
- Deduções de receita por descontos concedidos	R\$ 141.254,78
- Deduções de receita por compensação	R\$ 146,57
- Deduções de receita para formação do FUNDEB	R\$ 5.611.819,00
- Deduções de receita por retificações	R\$ -
- Outras deduções de receita	R\$ 7.437,27
Total da Deduções da Receita Orçamentária	R\$ 5.894.012,54

Nota 4 - Repasses Concedidos: de acordo com o Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo foram processados por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas foram efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, conforme o seguinte resumo:

Repasses concedidos ao Poder Legislativo	R\$ 1.505.000,00
Outros Repasses Concedidos	R\$ -
Total dos repasses concedidos	R\$ 1.505.000,00

Nota 6 - Utilização do Superávit Financeiro: o valor do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2022 foi de R\$ 17.588.842,26 (dezessete milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta e dois reais e vinte e seis centavos), e sua utilização como fonte para abertura de créditos totalizou: R\$ 7.165.028,33 (sete milhões, cento e sessenta e cinco mil, vinte e oito reais e trinta e três centavos). Observando a disponibilidade por cada fonte de recurso.

Nota 7 - Créditos Adicionais Reabertos: Em 2023 não houve a reabertura de créditos especiais que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses de 2022.

Nota 8 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2022, foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, e escrituradas como restos a pagar

processados e não processados. Durante o exercício, foram consideradas despesas orçamentárias incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, também aquelas inscritas em restos a pagar não processados, que foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados, nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 18/2015, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

IVAN CHAGAS
Prefeito Municipal

MATEUS ZOUNAR MARQUES
Contador CRC/RS: 102123/O-1

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXOS DE CAIXA

Nota 1 - Contexto Operacional: o Município de Ajuricaba, CNPJ 87.613.253/0001-19, situado na rua Oscar Schmidt, nº 172, Centro, Ajuricaba-RS, CEP 98750-000, entidade jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, o Poder Executivo é composto por 09 Secretarias Municipais, 09 Fundos Especiais, Poder Legislativo e o Fundo Previdência Social do Município, a Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa e mantêm compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro.

Nota 2 - Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: Os ingressos compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências correntes recebidas. Já os desembolsos compreendem os pagamentos relativos às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal e as transferências concedidas. Nesse contexto verifica-se que as atividades operacionais geraram um fluxo positivo de R\$ 5.894.743,95, contribuindo para geração líquida de caixa e equivalentes de caixa positiva. O detalhamento das receitas originárias e derivadas, das transferências recebidas e concedidas e dos desembolsos de pessoal e demais despesas por função, constam em quadros anexos a DFC, elaborados conforme MCASP.

Nota 3 - Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento: Os ingressos são oriundos de receitas de capital e resultante da alienação de ativos, em 2023 houve ingressos nas atividades de investimento no valor de R\$ 202.282,95 a título de Alienação de bens e Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Os desembolsos decorrem do pagamento de despesas com aquisição de ativos não circulantes (obras, instalações, equipamentos, material permanente e títulos representativos de capital e/ou constituição ou aumento de capital em empresas), os mesmos totalizaram o valor de R\$ 4.330.422,25, deste valor destaca-se os desembolsos com obras e instalações representam cerca de 50%. No exercício de 2023, os ingressos e desembolsos das atividades de investimento geraram um fluxo negativo de R\$ (4.128.139,30), diminuindo a geração líquida de caixa.

Nota 4 - Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento: Compreende as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida, bem como as receitas obtidas partir da integralização do capital social de empresas dependentes, e no exercício de 2023 houve ingresso de R\$ 1.485.000,00 oriundo de operação de crédito com a Caixa Econômica Federal (FINISA 2023). Os desembolsos são decorrentes da amortização da dívida, com Badesul e a Caixa Econômica Federal, que em 2023 totalizou um desembolso no valor de R\$ 408.732,60, o resultado desse fluxo foi positivo de R\$ 1.076.267,40.

Nota 5 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa: o valor de R\$ 2.842.872,05, se deve ao resultado positivo do fluxo de caixa operacional e de financiamento, somado ao resultado positivo do exercício anterior.

IVAN CHAGAS
Prefeito Municipal

MATEUS ZOUNAR MARQUES
Contador CRC/RS: 102123/O-1

BALANÇO FINANCEIRO

Nota 1 - Contexto Operacional: o Município de Ajuricaba, CNPJ 87.613.253/0001-19, situado na rua Oscar Schmidt, nº 172, Centro, Ajuricaba-RS, CEP 98750-000, entidade jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, o Poder Executivo é composto por 09 Secretarias Municipais, 09 Fundos Especiais, Poder Legislativo e o Fundo Previdência Social do Município.

Nota 2 - Receitas Orçamentárias: são apresentadas com exclusão das operações Intraorçamentária e líquidas das deduções ocorridas. O detalhamento das deduções da receita orçamentária do exercício de 2023 é apresentado no quadro a seguir:

- Deduções de receita por renúncia (art. 14 da LC nº 101/2000)	R\$ -
- Deduções de receita por restituições	R\$ 133.354,92
- Deduções de receita por descontos concedidos	R\$ 141.254,78
- Deduções de receita por compensação	R\$ 146,57
- Deduções de receita para formação do FUNDEB	R\$ 5.611.819,00
- Deduções de receita por retificações	R\$ -
- Outras deduções de receita	R\$ 7.437,27
Total da Deduções da Receita Orçamentária	R\$ 5.894.012,54

Nota 3 - Recursos Vinculados à Educação: estão representados nessas linhas, os valores relativos às receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações voltadas à educação. Destaca-se que de acordo com o disposto em Resolução do Tribunal de Contas do Estado e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 17/2021, daquela Corte de Contas, os gastos constitucionais do Município com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino representaram, em 2023, 34,07% da receita resultante de impostos e transferências. O quadro a seguir detalha as receitas e despesas executadas no exercício de 2023:

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Superávit utilizado (Créditos Suplementares)	Despesas Empenhadas
500 - Recursos Não Vinculados a Impostos - CO 1001	4.299.613,79	0,00	7.378.421,23
540 - FUNDEB	4.328.758,31	65.000,00	4.381.616,64
543 - FUNDEB - VAAR	14.914,47	0,00	0,00
550 - Salário Educação	325.334,75	149.000,00	470.217,20
552 - PNAE	88.718,87	0,00	79.237,00
553 - FNDE PNATE	94.292,76	9.000,00	102.646,60
569 - Outras Transferências FNDE	30.844,24		0,00
570 - Convênio 924527/2021 - Federal	164.044,91		0,00
571 - Transporte Escolar - Estado	481.207,63		480.642,99
Totais de Receitas e Despesas Vinculados a Educação	9.827.729,73	223.000,00	12.892.781,66

Os valores das despesas empenhados a maior que a soma das receitas realizadas com superávit utilizado, foram suportados por aportes financeiros da fonte de recursos livres no valor de R\$ 2.842.051,93.

Nota 4 - Recursos Vinculados à Saúde: referem-se aos valores relativos das receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde os quais representam 19,35% da receita resultante de impostos e transferências, conforme metodologia de cálculo do TCE/RS. O detalhamento das fontes de recursos obedece a padronização estabelecida pela portaria STN nº 688, de 06 de julho de 2023:

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Superávit utilizado (Créditos Suplementares)	Despesas Empenhadas
500 - Recursos Não Vinculados a Impostos - CO 1002	5.003.393,17	0,00	6.877.238,44
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.907.418,52	236.324,00	2.127.858,88
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	5.770,95	0,00	0,00
604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	574.634,60	0,00	589.475,97
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	1.031.819,75	614.254,14	1.522.143,13
632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e outros	0,00	115.208,57	0,00
Totais de Receitas e Despesas Vinculados a Saúde	8.523.036,99	965.786,71	11.116.716,42

Ressalta-se ainda em relação as despesas com saúde que para cobertura das despesas com ASPS foram feitos repasses financeiros da fonte livre no valor de R\$ 1.672.892,72.

Nota 5 - Recursos Destinados à Previdência Social–RPPS: os valores informados nessas linhas se referem as receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta dos recursos que são vinculados ao Regime Próprio de

Previdência Social dos Servidores. O quadro a seguir detalha as receitas e despesas executadas no exercício de 2023:

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	6.457.936,69	2.847.539,96
802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	194.013,60	194.013,60
Totais de Receitas e Despesas Vinculados a Previdência Social RPPS	6.651.950,29	3.041.553,56

Nota 6 - Recursos Destinados à Assistência Social: os valores informados nessas linhas referem-se à execução de receitas e despesas vinculadas à assistência social, nos termos dos arts. 194, 203 e 204 da Constituição da República e de mais leis que regulam o SUAS, que no Demonstrativo encontra-se na linha dos Recursos Vinculados à Assistência Social, mais os aportes de recursos livres aplicados para essa finalidade que são nesta tabela demonstrados:

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Superávit utilizado (Créditos Suplementares)	Despesas Empenhadas
500 – Recursos Não Vinculados a Impostos – Recursos destinados para Assistência Social - Aporte	1.425.075,99	0,00	1.425.075,99
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	189.403,70	168.026,74	357.430,44
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	34.638,99	16.812,26	51.451,25
669 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	2.875,05	0,00	0,00
Totais de Receitas e Despesas Vinculados a Assistência Social	1.651.993,73	184.839,00	1.833.957,68

Nota 7 – Outras Destinações de Recursos: os valores aqui informados se referem às receitas e despesa orçamentárias das seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Créditos Suplementares e Especiais	Despesas Empenhadas
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	872.017,66	47.095,57	919.113,23

701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	399.624,77	1.037.037,24	1.436.662,01
704 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	302.421,71		203.262,17
708 - Transferência Especial da União	688.903,39		379.979,00
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual	56.710,69		45.181,70
716 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura	22.927,24		22.226,74
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.650,13		0,00
754 - Recursos de Operações de Crédito	1.485.215,93		985.000,00
755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	224.589,59		137.021,62
759 - Recursos Vinculados a Fundo	3.590,45	3.715,55	7.306,00
Totais de Receitas e Despesas Outras Destinações de Recursos	4.057.651,56	1.087.848,36	4.135.752,47

Nota 8 - Recebimentos e pagamentos extraorçamentários: os itens desses grupos correspondem aos ingressos e dispêndios que, na forma do parágrafo único do art.3º a art.103 da Lei Federal nº4.320/64 se referem a operações que não transitam pelo orçamento, bem como a contrapartida das inscrições (ingressos) e pagamentos (dispêndios) de restos a pagar processados e não processados.

Nota 9 - Despesas Orçamentárias: são apresentados os valores empenhados, com exclusão das operações intraorçamentárias. O detalhamento por fonte/destinação de recursos é explicitado nas Notas 2, 3, 4, 5 e 6.

Nota 10 – Recursos Não Vinculados de Impostos Fonte 500: destaca-se que para fins da correta evidenciação das receitas e despesas com saúde e educação, a fonte 500 foi separada nesse relatório em ordinária e vinculada, alocando os valores nas linhas: Recursos Destinados à Educação e Recursos Destinados à Saúde, tanto na receita quanto na despesa.

IVAN CHAGAS
Prefeito Municipal

MATEUS ZOUNAR MARQUES
Contador CRC/RS: 102123/O-1